

Territórios, Paisagens e Turismo: Patrimônio Natural e Geodiversidade na Chapada Diamantina – Bahia

Territories, Landscapes and Tourism: Natural Heritage and Geodiversity in the Chapada Diamantina – Bahia

Territoires, Paysages et Tourisme : Patrimoine Naturel et Géodiversité dans la Chapada Diamantina – Bahia

João Gabriel de Moraes Pinheiro – jgmpinheiro.bge@gmail.com
Bacharel em Geografia. Mestrando em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9941-2018>

Bruna Moreira da Silva – bmsilva@gmail.com
Graduanda em Geografia da Universidade Estadual de Santa Cruz
Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-2856-4425>

André Luiz Nascentes Coelho – alnc.ufes@gmail.com
Pós-Doutor em Geografia. Professor Titular da Universidade Federal do Espírito Santo
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9068-495X>

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir os bens que compõem o patrimônio natural e material da Chapada Diamantina sob a perspectiva geográfica, perpassando pela sua análise territorial, geodiversidade, patrimônio espeleológico e o turismo. A região pesquisada apresenta expressiva diversidade paisagística composta por geossítios, cavernas e composições geomórficas características, assim como patrimônios arquitetônicos associados a exploração diamantífera histórica. Através das análises, constatou-se que os patrimônios naturais e materiais estabelecem uma relação *sine qua non* com a identidade regional, atuando na valorização da memória e do desenvolvimento do turismo.

Palavras-chave: Geocoservação, Patrimônio Espeleológico, Geoturismo, Geossítios, Formação Territorial.

Abstract

This study aims to discuss the assets that compose the natural and material heritage of the Chapada Diamantina from a geographical perspective, encompassing its territorial analysis, geodiversity, speleological heritage, and tourism. The Chapada Diamantina region presents an expressive landscape diversity composed of geosites, caves, and characteristic geomorphological formations, as well as architectural heritage associated with historical diamond mining. Through the analyses, it was observed that the natural and material heritage establishes a *sine qua non* relationship with regional identity, contributing to the valorization of memory and the development of tourism.

Key words: Geoconservation, Speleological Heritage, Geotourism, Geosites, Territorial Formation.



Résumé

Le présent article a pour objectif de discuter les biens qui composent le patrimoine naturel et matériel de la Chapada Diamantina dans une perspective géographique, en abordant son analyse territoriale, sa géodiversité, son patrimoine spéléologique et le tourisme. La région étudiée présente une remarquable diversité paysagère, constituée de géosites, de grottes et de formations géomorphologiques caractéristiques, ainsi que d'un patrimoine architectural associé à l'exploitation historique du diamant. Les analyses ont montré que les patrimoines naturel et matériel entretiennent une relation sine qua non avec l'identité régionale, contribuant à la valorisation de la mémoire collective et au développement du tourisme.

Mots-clés: Géoconservation, Patrimoine spéléologique, Géotourisme, Géosites, Formation territoriale.

Recebido em: 15/06/2026
Aceito para publicação: 22/06/2026
Publicado: 16/08/2026

Introdução

A concepção de patrimônio natural é uma construção recente, surgida em 1972, no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando se objetivava a mundialização dos valores ocidentais e das práticas preservacionistas importadas da Europa e dos Estados Unidos (Pereira, 2018). Através da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), foi pioneiramente conceitualizado o patrimônio natural como sendo:

os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação” (UNESCO, 1972, p. 2).

Em âmbito nacional, a Constituição Federal do Brasil de 1937 traz a primeira edição de uma legislação federal específica que versa sobre a proteção do patrimônio. À época de sua promulgação, os monumentos naturais, hoje entendidos como patrimônio natural, estavam vinculados, em sua redação, ao patrimônio histórico e artístico. Em seu artigo 1º, estabelece-se que o patrimônio corresponde ao conjunto de bens históricos e artísticos existentes no país cuja conservação é de interesse público. Nesse mesmo artigo, também são considerados patrimônios os monumentos naturais, os sítios e as paisagens que importem conservar por sua feição notável (Brasil, 1937).

Analisando as considerações da UNESCO e da Constituição de 1937 do Brasil, percebe-se que as preocupações com a natureza tiveram início no âmbito das preocupações envolvendo a cultura. Isso ocorre a partir do momento em que se equiparou o que, na época, se denominava monumento natural ao conceito atual de patrimônio histórico, promovendo esses bens à categoria de passíveis de tombamento e destinando ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) a responsabilidade pelo patrimônio natural (Scifoni, 2006; Pereira, 2018).

Mais tarde, ao ser promulgada a Constituição Federal de 1988, o Brasil passa a considerar o patrimônio natural como constituinte do patrimônio

cultural, sendo este considerado, nessa ocasião, como: “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (Brasil, 1988). Dessa forma, esse documento preconiza a valorização dos aspectos estéticos e científicos, conciliando a herança do conceito de monumento natural da Constituição anterior e do patrimônio natural considerado pela UNESCO. Ressalta-se também o caráter inovador da Constituição de 1988 ao incorporar a possibilidade de a natureza ser (re) conhecida como um bem portador de referências identitárias e de memória para as populações constituintes da sociedade brasileira (Pereira, 2018; Saldanha *et al.*, 2019).

Sob a perspectiva geográfica, as estruturas que compõem a paisagem possuem caráter de palimpsesto, ou seja, são constituídas por resíduos do passado que combinam reutilizações, ressignificações e novas formas de abordagem em um determinado espaço geográfico (Detoni, 2020). Na classificação de patrimônio natural da paisagem, podem-se distinguir dois subsistemas interatuantes e inter-relacionados, a saber: os subsistemas dos elementos bióticos e dos elementos abióticos. Em termos de patrimônio, o primeiro subsistema é formado pelos seres vivos, ou seja, pela diversidade florística e faunística, que, devido às suas características particulares, seja por funcionalidade ecossistêmica ou pelo seu grau de ameaça e vulnerabilidade, necessitam de estratégias prioritárias para sua conservação (Figueiró *et al.*, 2023).

O conjunto de elementos abióticos, conceituados como geodiversidade, representa a base macroestrutural sobre a qual se definem e se diferenciam entre si cada feição da paisagem. Dentre esses elementos está o geopatrimônio, que contempla tanto os elementos geológicos, geomorfológicos e espeleológicos quanto os solos e os recursos hídricos. No que concerne à importância do patrimônio natural, pode-se afirmar que este possui quatro classes diferentes quanto ao seu valor: funcional, cultural, econômico e científico-pedagógico. O valor funcional está estritamente relacionado à funcionalidade ecológica, sendo referente ao relevo como suporte para o desenvolvimento da vida (fluxo de água, nutrientes e fixação), bem como à função do relevo (composição litológica e formação pedológica). O valor cultural contempla as manifestações realizadas



tanto no sentido estético de interpretação da paisagem quanto no sentido simbólico, referindo-se a aspectos espirituais e religiosos, sendo sagrados para determinadas populações (Figueiró *et al.*, 2023).

O valor econômico associado aos patrimônios naturais decorre de sua exploração direta ou indireta. A exploração direta envolve seu uso tradicional para práticas agrícolas, por exemplo, e o uso indireto para atividades turísticas, de lazer e esportivas. Toda essa exploração decorre da morfologia própria desses bens, na qual existe um valor intrínseco associado a esses patrimônios, cujo uso sustentável pode ser revertido para sua própria conservação e para o desenvolvimento local das populações residentes. Por último, porém não menos importante, representando uma das mais fortes motivações, está o valor científico-pedagógico. Esse valor está associado à capacidade desses patrimônios de testemunhar a história de formação natural do planeta e os processos envolvidos, abrindo possibilidades para a formação do processo de ensino-aprendizagem sobre o patrimônio natural e sua conservação (Barros *et al.*, 2012).

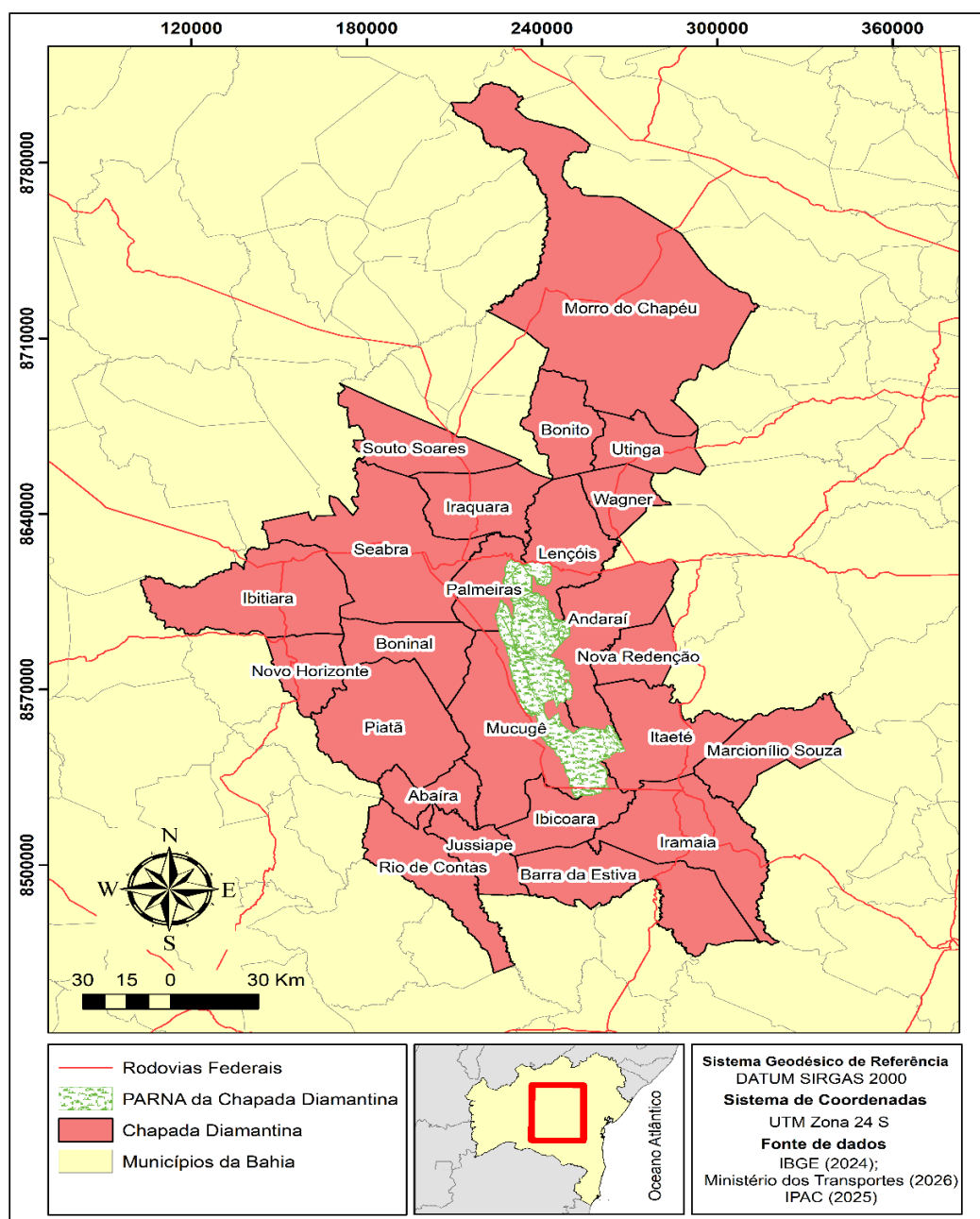
Dessa forma, o presente trabalho possui o objetivo de estabelecer discussões e reflexões, sob uma perspectiva geográfica, acerca do patrimônio natural e material da região da Chapada Diamantina, no estado da Bahia. Objetiva-se também identificar como os bens naturais físicos estão distribuídos no território e como os mesmos agregam valor histórico e geográfico à paisagem, sendo permeados pela práxis turística de diversas naturezas. Desse modo, o trabalho justifica-se pela necessidade de (re)conhecer a constituição física da região da Chapada Diamantina como detentora de bens patrimoniais naturais, visando à sua conservação e à conscientização para o desenvolvimento das atividades humanas.

Caracterização do território da Chapada Diamantina

O território da Chapada Diamantina está localizado na porção central do estado da Bahia. De acordo com o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (IPAC), esse território é formado por vinte e quatro municípios, incluindo Andaraí, Ibitiara, Itaeté, Lençóis, Mucugê e Palmeiras, que abrangem parte do Parque Nacional da Chapada Diamantina (PARNA), além de Abaíra,

Barra da Estiva, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Novo Horizonte, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Tapiramutá, Utinga, Wagner, Boninal, Bonito, Ibicoara, Iraquara, Jussiapé, Nova Redenção e Piatã (Figura 1). De acordo com o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a Chapada Diamantina possui 375.352 habitantes.

Figura 1 – Localização do Território da Chapada Diamantina, Bahia.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Geodiversidade: patrimônio geológico, geomorfológico e espeleológico do território

A geodiversidade está intrinsecamente relacionada à geomorfologia, à geologia e à espeleologia e, conseqüentemente, estas estão associadas ao patrimônio geológico e à sua conservação (denominada geoconservação) e, por conseguinte, à sua utilização para a atividade turística (geoturismo), sendo esta última voltada tanto para a contemplação e recreação quanto para propósitos científicos (Giudice, 2011). A geodiversidade é a base fundamental para o desenvolvimento de qualquer forma de vida. Mesmo com sua inegável importância, ainda existem correntes que divergem a respeito de sua concepção, haja vista que há linhas de pensamento mais restritivas, que consideram a geodiversidade contemplando apenas rochas, minerais e fósseis, e outra corrente que considera, para além dos fatores físicos, fatores bióticos, como a própria biodiversidade, que depende do espaço para sua existência (Jorge; Guerra, 2016).

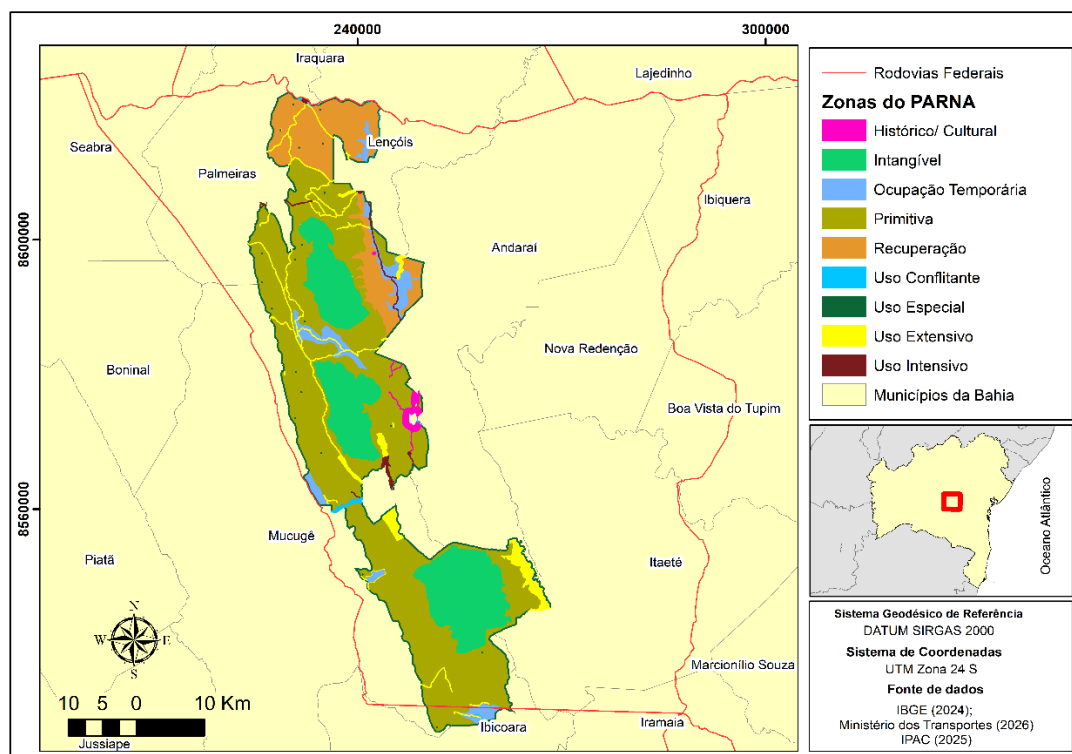
Dessa forma, a concepção integradora da geodiversidade é a que melhor contempla o patrimônio natural do território da Chapada Diamantina, justamente por este ser considerado como o conjunto de elementos naturais dotados de valor científico, cultural e educativo e constituído por formações geológicas e geomorfológicas que permitem compreender os processos que modelaram as paisagens do passado e do presente e, assim, promover a valorização do patrimônio natural (Giudice, 2011). A valorização do patrimônio natural e cultural perpassa, inevitavelmente, por sua conservação e pelos instrumentos legais que amparam sua proteção, como ocorre com o Parque Nacional da Chapada Diamantina.

O Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD) foi criado através do Decreto nº 91.655, de 17 de setembro de 1985, com o objetivo de proteger amostras dos ecossistemas presentes na Serra do Sincorá, visando à preservação de sítios e do patrimônio natural, histórico e cultural presente na Chapada Diamantina (Brasil, 1985). Atualmente, é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e possui Plano de Manejo desde 2007. O PNCD compreende uma área total de 152.000 hectares, nos quais seis municípios integram sua área: Lençóis, Palmeiras, Mucugê, Andaraí, Itaeté e Ibicoara (Figura 2). O parque é reconhecido internacionalmente devido ao seu

patrimônio histórico-natural, composto por campos rupestres, vegetação dos biomas Caatinga, Cerrado e remanescentes da Mata Atlântica, assim como rios de vales e riachos de cabeceira. No parque está presente a trilha conhecida como “Travessia do Vale do Pati”, reconhecida como uma das trilhas mais bonitas do mundo, ficando atrás apenas do Caminho de Santiago de Compostela e de Machu Picchu (Oliveira *et al.*, 2016).

Embora o Parque Nacional da Chapada Diamantina tenha sido criado com o intuito de salvaguardar o patrimônio natural e, conseqüentemente, as práxis culturais e históricas, o território do parque é detentor de conflitos socioambientais com as populações tradicionais residentes na região. O território do parque expressa dois sentidos distintos: o espaço político, detentor de aspectos formais, jurídicos e administrativos, assim como o sentido dessas formas pelas comunidades tradicionais envolvidas nas representações e nos sistemas de valores materiais, espirituais, simbólicos e afetivos, configurando as diversas formas de expressão da vida e do cotidiano dos habitantes (Nascimento, 2019).

Figura 2 –Parque Nacional da Chapada Diamantina, Bahia.



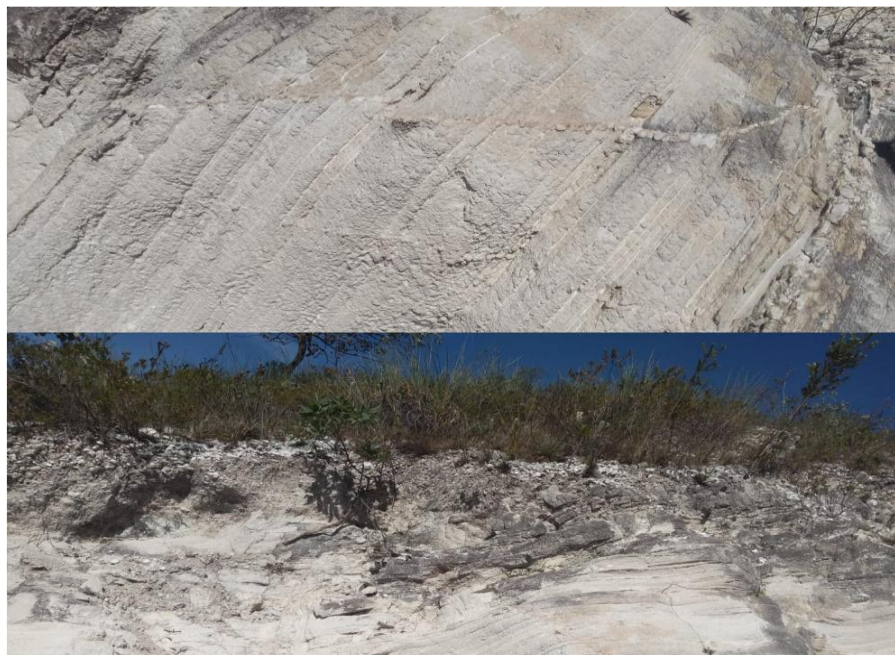
Fonte: Elaborado pelos autores.

A região da Chapada Diamantina, como um todo, possui sua história natural circunscrita aos últimos dois bilhões de anos, estando associada a duas grandes unidades geológicas, a saber: o Supergrupo Espinhaço e o Supergrupo

São Francisco, nos quais o primeiro foi formado por sedimentos de origem continental e o segundo oriundo de carbonatos marinhos. Esse patrimônio natural é testemunho dos registros dos antigos continentes que sofreram com glaciações, rios temporários e um antigo mar raso que possuía algas produtoras de oxigênio, favorecendo o desenvolvimento da vida no período Cambriano (Bernardes *et al.*, 2024).

Essa região teve sua formação em ambiente de mar raso sob clima desértico, quando foram formados os lamitos do Grupo Paraguaçu. As rochas da região foram formadas em ambiente continental costeiro, constituído por leques aluviais e sedimentos fluviais recobertos por depósitos de dunas e areias, como representado na Figura 3.

Figura 3 – Depósitos de arenitos formado no mar raso da Chapada Diamantina, Bahia.



Fonte: acervo dos autores.

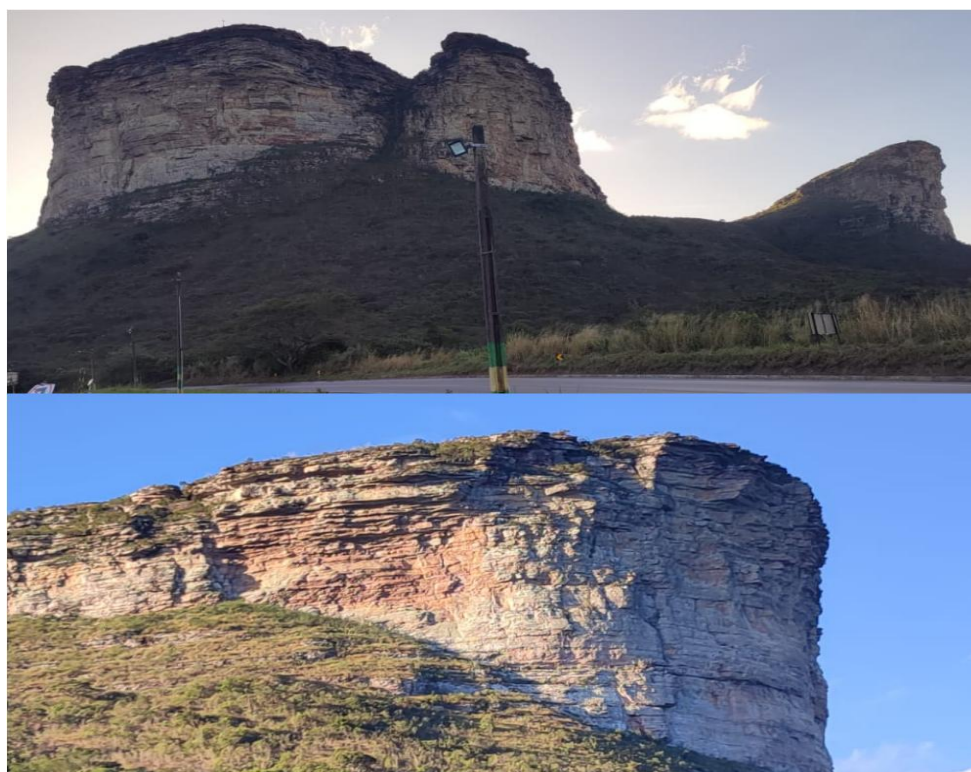
Morro do Pai Inácio

O Morro do Pai Inácio é uma feição geomorfológica caracterizada como um geossítio, enquadrado na categoria de Cobertura Mesoproterozoica, sendo um morro-testemunho sustentado por arenitos da Formação Tombador. O Morro do Pai Inácio está localizado às margens da rodovia federal BR-242, estando inserido na Área de Proteção Ambiental Marimbus-Iraquara e tendo sido decretado como Parque Municipal pelo município de Palmeiras, fazendo limite também com o Parque Nacional da Chapada Diamantina. O Morro do Pai Inácio

possui altitude média de 1.000 metros e pico máximo de 1.700 metros. A configuração do relevo do morro é acompanhado por cachoeiras, corredeiras e cursos d'água esculpidos e depositados sobre rochas metassedimentares dos grupos Paraguaçu e Chapada Diamantina (Pedreira; Bonfim, 2002). Nessa área também está presente a Anticlinal do Pai Inácio, uma dobra estrutural com cerca de 160 km de extensão e 20 a 30 km de largura, formada durante o período Neoproterozoico (Castro, 2003).

Além de ser um ponto de visitação turística, devido ao elevado valor cênico, o Morro do Pai Inácio é um dos locais de referência para a representação iconográfica (*ex libris*) da Chapada Diamantina. Isso se refere à imagem visual que o morro cria no imaginário popular, haja vista que, quando se concebe a Chapada Diamantina, a silhueta do Morro do Pai Inácio é uma das primeiras que vêm à mente. Ele constitui um ícone, ou seja, uma representação que sintetiza toda a identidade geográfica e turística do lugar. Devido às suas características, em 05 de maio de 2000, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) inscreveu o Morro do Pai Inácio no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Dessa forma, o sítio foi oficialmente tombado como patrimônio pelo Iphan, completando 26 anos de tombamento em 2026.

Figura 4 – Morro do Pai Inácio - Chapada Diamantina, Bahia.



O nome “Morro do Pai Inácio” remete a uma lenda histórica sobre um escravo homônimo que possuía um relacionamento amoroso com a filha de seu senhor, proprietário de grandes garimpos de diamantes na região. Ao descobrir o relacionamento, o proprietário passou a perseguir o escravo com vários capangas. Durante a fuga, Pai Inácio refugiou-se no alto do morro e, sem ter por onde escapar, lançou-se do local utilizando um guarda-chuva. Após o salto, testemunhas relataram tê-lo visto correndo pelo vale próximo, até não ser mais encontrado (Pedreira; Bonfim, 2002).

No que se refere ao tombamento do Morro do Pai Inácio, a partir da década de 1980, as áreas naturais tombadas como patrimônio nacional passaram a atender ao disposto no artigo 216 da Constituição Federal de 1988. Dessa forma, embora o Morro do Pai Inácio esteja ligado às práticas culturais e sociais de descendentes quilombolas, este também foi reconhecido como um monumento natural de excepcional valor estético (Pereira, 2018).

Patrimônio espeleológico da Chapada Diamantina

O termo espeleologia é derivado do grego: *spêlaion* — caverna — e *logos* — estudo. Dessa forma, a espeleologia é definida como o estudo científico da exploração e da descrição das cavernas, de seus organismos e recursos associados (Piló; Auler, 2011). As cavernas, como as da Chapada Diamantina, são estruturas que se desenvolvem em ambientes cársticos. O carste corresponde a uma tipologia de relevo caracterizada por sistemas de drenagem associados à elevada solubilidade da rocha e ao desenvolvimento acentuado da porosidade. Esses ambientes são formados predominantemente por rochas carbonáticas, como calcários, dolomitos e mármore, que são naturalmente atacados pela água acidificada (Ferreira; Uagoda, 2019).

Em âmbito nacional, o patrimônio espeleológico está amparado pela legislação. O primeiro instrumento legal de proteção das cavernas surgiu por meio da Resolução CONAMA nº 09, de 24 de janeiro de 1986, que preconizou a criação da comissão responsável por tratar de assuntos pertinentes ao patrimônio espeleológico. A partir dessa primeira resolução, foi criado o Programa Nacional de Proteção ao Patrimônio Espeleológico, por meio da Resolução CONAMA nº 05, de 06 de agosto de 1987, que tornou obrigatória a elaboração de Estudos de



Impacto Ambiental (EIA) para a implementação de empreendimentos potencialmente lesivos ao Patrimônio Espeleológico Nacional.

Segundo o Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas (CANIE), pertencente ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV), o estado da Bahia configura-se como o terceiro estado brasileiro com maior quantitativo de cavernas, possuindo atualmente 1.315 cavernas cadastradas e topografadas. Esse valor corresponde a 8% do total de cavernas do Brasil. O município de Iraquara, na Chapada Diamantina, detém mais de 200 cavernas do quantitativo supracitado, sendo o décimo município brasileiro com maior quantidade dessas cavidades (Loureiro, 2017).

Na Chapada Diamantina, o município de Iraquara destaca-se por possuir um dos maiores parques espeleológicos do Brasil, contando com mais de 200 cavernas catalogadas, constituindo, provavelmente, um dos locais com maior densidade de galerias subterrâneas por unidade de área no país (Santos, 2008). Uma das características das cavernas dos ambientes cársticos são os espeleotemas. O espeleotema é a denominação genérica de todas as formações rochosas que ocorrem em ambientes cavernícolas, sendo produtos da sedimentação e cristalização de minerais dissolvidos na água.

A Gruta da Lapinha, localizada no município de Andaraí, na Chapada Diamantina, é um patrimônio espeleológico que possui diversos bens de origem geológica, arqueológica e religiosa. A formação de espeleotemas, como estalactites e estalagmites, ocorre com a infiltração da água nas fraturas das rochas carbonáticas, levando para o interior da caverna o carbonato de cálcio dissolvido. A calcita é o elemento químico responsável pela coloração branca, quando pura, dos espeleotemas da caverna. Todavia, quando existem impurezas em sua composição, os espeleotemas assumem outras tonalidades. Na Gruta da Lapinha, em Andaraí, apresentam tonalidades avermelhadas devido à presença de ferro (Figura 5), enquanto a Toca da Onça, no município de Nova Redenção, também na Chapada Diamantina, apresenta espeleotemas esverdeados devido à presença de sais de cobre (Figura 6). Nos últimos anos, a conservação do patrimônio espeleológico tem ganhado destaque em níveis nacional e internacional. O rol de políticas públicas, ações e diretrizes voltadas para a conservação desses bens integra o conceito de geoconservação. Os esforços

direcionados à sua conservação estão associados justamente ao seu valor histórico, científico, cultural, educativo, cênico e recreativo, sobretudo devido aos processos geológicos e geomorfológicos atuantes na formação desses ambientes (Santos *et al.*, 2014).

Historicamente, os seres humanos sempre tiveram uma relação de proximidade com as cavernas em diferentes partes do mundo. No período pré-histórico, os hominídeos utilizavam as cavernas como ambientes de refúgio, deixando suas marcas por meio de pinturas rupestres e artefatos. Civilizações mais recentes, como hindus, egípcios, gregos e maias, concebiam as cavernas como o submundo, conferindo-lhes interpretações e significados religiosos (Casas, 2026).

Figura 5 – Espeleotemas na Gruta da Lapinha, Andaraí – Chapada Diamantina, Bahia



Fonte: acervo dos autores.

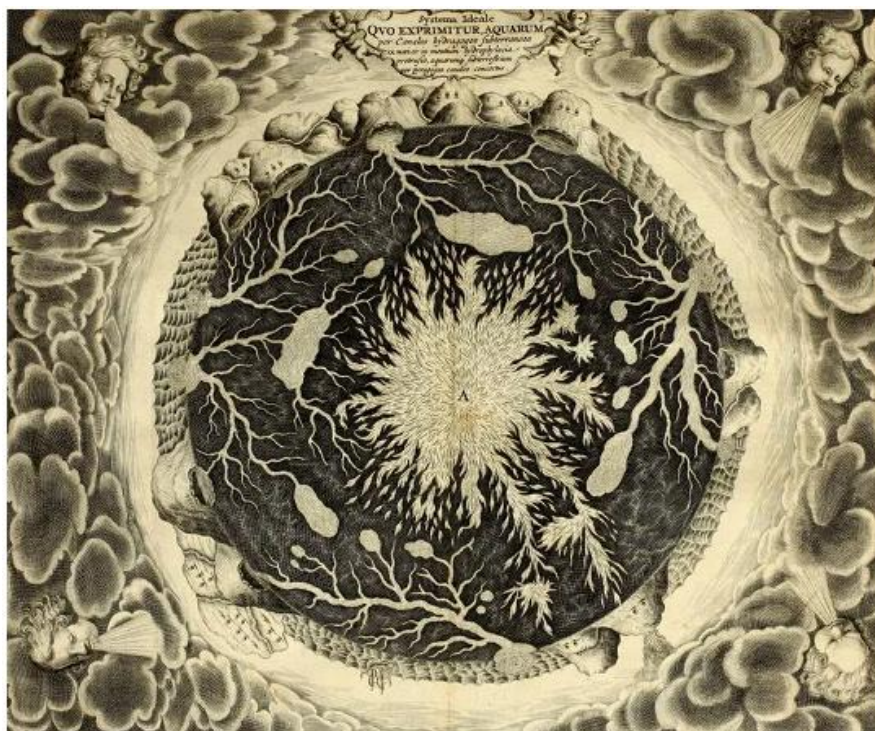
Figura 6 – Espeleotemas na Toca da Onça, Nova Redenção – Chapada Diamantina, Bahia



Fonte: acervo dos autores.

A ideia de “mundo subterrâneo” sempre esteve presente no imaginário das civilizações ao se conceber a ideia de caverna. Essa concepção foi materializada pela obra *Mundus Subterraneus*, de 1665, do jesuíta Athanasius Kircher, que propôs a existência do *Ignis Centralis*, ideia segundo a qual a Terra funcionava como um organismo vivo. Kircher acreditava na existência de um complexo e interconectado sistema de corredores subterrâneos, por meio do qual o fogo viajaria desde o núcleo da Terra até sua superfície, sendo esse submundo acessível pelas cavernas (Casas, 2026) (Figura 7).

Figura 7 – Concepção de *Ignis Centralis* de Athanasius Kircher, 1665.



Fonte: The Public Domain Review, 2012.

O patrimônio espeleológico da Chapada Diamantina sempre esteve associado às práticas e crenças religiosas. Especificamente no que se refere ao cristianismo, o culto aos santos cristãos em cavernas possui raízes históricas que remontam ao surgimento dessa religião. As cavernas sempre foram associadas a lugares de refúgio e revelação, estando relacionadas à vida e à obra de santos, principalmente da primeira geração do cristianismo (Casas, 2026).

Atualmente, as cavernas na Chapada Diamantina ainda possuem função religiosa. Na Gruta da Lapinha, é possível verificar manifestações religiosas de santos cristãos por meio da presença de imagens e objetos que remetem a atividades devocionais. Na Figura 8, observam-se antigas imagens cristãs na Gruta da Lapinha, evidenciando manifestações religiosas e simbólicas associadas à caverna. Dessa forma, muitas cavernas foram ressignificadas e passaram a ser consideradas “cavernas-santuário”, constituindo locais onde ocorrem rituais, liturgias, promessas e experiências de fé e devoção. Além disso, o espaço cavernícola, nesse contexto, está associado à transcendência espiritual e à aproximação dos seres humanos com Deus (Travassos *et al.*, 2025).

Figura 8 – Imagens religiosas cristãs na Gruta da Lapinha, Andaraí –
Chapada Diamantina, Bahia



Fonte: acervo dos autores.

Práxis turística e patrimônios materiais da Chapada Diamantina

O turismo é entendido como uma atividade econômica. Todavia, antes de ser uma atividade econômica, o turismo é, sobretudo, uma prática social que envolve o deslocamento de pessoas no espaço, diversifica os lugares, dinamiza o espaço e possui a característica de produzi-lo e transformá-lo continuamente. A produção e o planejamento do espaço turístico têm origem na presença e distribuição espacial e territorial dos elementos da paisagem, denominados atrativos turísticos ou amenidades (Teixeira *et al.*, 2025). A matéria-prima do turismo está em consonância com os empreendimentos e as infraestruturas criadas e viabilizadas por agentes produtores do espaço, sejam eles públicos ou privados (Rocha; Nolasco, 2024).

Ressalta-se que o turismo não deve ser concebido apenas ao caráter reducionista de movimento de pessoas que culmina na utilização de serviços, transporte, alimentação e estadia. Mas, um fenômeno complexo, multifacetado



que contempla aspectos econômicos, culturais, sociais e ambientais, sendo uma atividade capaz de subsidiar o conhecimento, percepção social, valorização, troca sinérgica de pessoas e culturas e que, de forma paradoxal, possui o potencial de impactar negativamente e destrutivamente as comunidades anfitriãs (Avila, 2009). A relação que se estabelece entre turismo e meio ambiente ocorre por intermédio da paisagem, sendo transformada em um produto a ser consumido e comercializado. Dessa forma, o turismo enquanto atividade geradora de imagens e representações contempla desde os agentes e a sociedade, onde estão os usuários até as comunidades anfitriãs residentes nos cenários de atração. Esses cenários proporcionam um juízo de valor oriundo das potencialidades turísticas e através da expectativa de vivência que será definido o valor do produto turístico, sobretudo ao valor da existência (Souza; Oliveira, 2011).

Na Chapada Diamantina, o turismo consolidou-se ao longo do século XX a partir do momento em que se iniciou a valorização do patrimônio natural e material, que passou a despertar o interesse de visitantes em busca de paisagens singulares, ecoturismo, turismo de aventura e experiências culturais. Historicamente, o desenvolvimento do turismo esteve concentrado no município de Lençóis, principalmente a partir da década de 1970, quando houve a construção da BR-242 e o tombamento do conjunto arquitetônico local pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Logo após, surgiram as primeiras pousadas, favorecendo o desenvolvimento das atividades turísticas na região. O patrimônio natural configura-se como um dos principais conjuntos de bens que possuem atratividade turística na Chapada Diamantina. Os elementos naturais ressaltados no tópico anterior, como cachoeiras, corredeiras, trilhas, cavernas, cânions, rios e relevo montanhoso, compõem uma paisagem de grande valor cênico (Araújo, 2025).

Além dos bens naturais, o patrimônio material desempenha um papel de extrema importância na práxis turística da região. O passado histórico do diamante influenciou todos os aspectos da organização do espaço urbano e da construção arquitetônica dos municípios, principalmente em Lençóis, Andaraí e Mucugê. O tombamento realizado em 1973 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi um fenômeno decisivo para a conservação e valorização dos patrimônios edificados e para a futura projeção turística do

município (Araújo, 2025). Os casarões coloniais, construções históricas e antigas estruturas ligadas à atividade garimpeira passaram a integrar os mais diversos roteiros turísticos, sendo associados à memória cultural, à identidade regional e ao desenvolvimento do turismo (Figura 9).

Embora a atividade turística relacionada ao patrimônio natural e histórico da Chapada Diamantina tenha apresentado crescimento nas últimas décadas, verifica-se uma significativa concentração espacial do turismo no município de Lençóis e em localidades pertencentes ao Circuito do Diamante. Nas últimas duas décadas, no entanto, observou-se um movimento de descentralização das atividades turísticas para outros municípios da Chapada Diamantina, impulsionado por políticas públicas de planejamento e regionalização implementadas pelo Estado brasileiro. Entre essas políticas, destacam-se o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), vigente entre 1994 e 2002, o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) e, principalmente, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), instituído em 2004 pelo Ministério do Turismo. Esses programas buscavam promover a gestão descentralizada do turismo por meio do estímulo à integração regional dos municípios, da ampliação da infraestrutura turística, da qualificação de recursos humanos e do fortalecimento das instâncias de gestão local (Brasil, 2013).

Figura 9 – Centro urbano histórico de Rio de Contas, Chapada Diamantina - Bahia



O perfil turístico da Chapada Diamantina, em sua grande maioria, está relacionado ao patrimônio histórico, cultural, natural e imaterial. Segundo os dados da Estratégia Turística da Bahia, essa região configura-se como um circuito destinado ao ecoturismo, ao turismo de aventura, aos esportes radicais e a eventos (Bahia, 2020).

Um exemplo de patrimônio histórico voltado ao turismo é o município de Mucugê, cujo sítio urbano foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1980, consolidando-se como um importante patrimônio cultural brasileiro. Juntamente com o sítio urbano, também foi tombado o Cemitério Santa Isabel, conhecido como “Cemitério Bizantino”, localizado no mesmo município. A origem dessa denominação está relacionada às características arquitetônicas dos mausoléus que compõem a necrópole, construída em meados do século XIX, durante o ciclo da mineração diamantífera (Brito, 2013). A construção do cemitério foi aprovada pela Câmara Municipal em 1º de outubro de 1855, em função da epidemia de cólera que assolava a região (Figura 10).

Figura 10 – Cemitério Santa Isabel (Cemitério Bizantino) em Mucugê, Chapada Diamantina – Bahia.



As edificações do Cemitério Santa Isabel apresentam uma morfologia que remete simbolicamente à arquitetura do período Bizantino (330–1453 d.C.), em razão das pequenas construções brancas alinhadas, dotadas de frontões triangulares, ornamentações e volumetrias que evocam igrejas e capelas miniaturizadas (Figura 11). A construção do chamado “Cemitério Bizantino” estava diretamente associada às transformações sanitárias, urbanas e religiosas ocorridas no Brasil oitocentista. Dessa forma, assim como em outras cidades brasileiras do século XIX, a construção de igrejas e cemitérios operava na lógica das normas higienistas, que buscavam afastar os enterramentos dos espaços religiosos e das áreas centrais urbanas (Brito, 2013).

Figura 11 – Arquitetura do Cemitério Bizantino.



Fonte: acervo dos autores.

Na perspectiva do patrimônio material, o Cemitério Santa Isabel assume uma importância ímpar em razão de sua integração entre arquitetura e paisagem natural. O processo de tombamento realizado pelo Iphan valorizou a harmonia existente entre os mausoléus e a paisagem ao entorno da Serra do Sincorá, reconhecendo o cemitério como produto da simbiose entre cultura material e

paisagem natural da Chapada Diamantina. Sendo assim, o ambiente deixou de ser apenas um local de prática funerária cotidiana e tornou-se um espaço monumentizado, turístico e museificado (Brito, 2013). Seu processo de criação e consolidação reforça sua importância enquanto patrimônio material brasileiro e sua articulação com memória, identidade, arquitetura, paisagem e turismo no contexto da Chapada Diamantina.

Considerações Finais

A análise do patrimônio natural e material permitiu compreender que a Chapada Diamantina constitui-se como um território e uma região singular, sob a perspectiva do patrimônio natural e material, consorciando elementos geológicos, geomorfológicos, espeleológicos, históricos, culturais e turísticos que expressam a complexidade socioespacial e natural da região. Do ponto de vista do patrimônio natural, constatou-se que a geodiversidade configura-se como detentora de papéis fundamentais na constituição das paisagens regionais, sendo responsável pela formação de geossítios e demais formações naturais.

No tocante ao patrimônio material, percebeu-se que a herança histórica vinculada ao passado da mineração diamantífera foi um agente determinante para a organização socioespacial urbana e regional. A valorização dos patrimônios materiais e naturais foi de fundamental importância para a consolidação da Chapada Diamantina como um dos principais destinos turísticos em nível nacional. A práxis turística desempenha um papel relevante na economia e no território, atuando como agente promotor da produção e transformação do espaço regional.

Referências

ALMEIDA, K. L. N. **Escravos e Libertos nas Minas do Rio de Contas: Bahia, Século XVIII**. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2012.

ARAÚJO, H. R. **Concentração e dispersão do turismo na Chapada Diamantina no contexto do Programa de Regionalização do Turismo (2004-2024)**. 2025. 204 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) — Programa de Pós-Graduação em Turismo, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

AVILA, M. A. Política e planejamento em cultura e turismo: reflexões, conceitos e sustentabilidade. In: AVILA, M. A. (org.). **Política e Planejamento em Cultura e Turismo**. Ilhéus: Editus, 2009. 342 p.

BARROS, J. S. *et al.* Geoparque Serra da Capivara – proposta. In: SCHOBENHAUS, C.; SILVA, C. R. (Orgs.) **Geoparques do Brasil: propostas**. Rio de Janeiro: CPRM, 2012. p. 493 - 542.

BERNARDES, E. S. *et al.* Análise de componentes das paisagens da Chapada Diamantina (Bahia) através de sensoriamento remoto e SIG. **Revista Pantaneira**, v. 24, p. 28-42, 2024.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de Novembro de 1937**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm.

Acesso em: 09 de maio de 2026.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso

em: 09 de maio de 2026.

BRASIL. **Decreto nº 91.655, de 17 de setembro de 1985**. Cria o Parque Nacional da Chapada da Diamantina. Brasília, 1985. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91655-17-setembro-1985-441832-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 maio 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo Diretrizes**. Brasília, 2013. Disponível em:

https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/programa-de-regionalizacao-do-turismo/programa-de-regionalizacao-do-turismo/programa_de_regionalizacao_do_turismo_-_diretrizes.pdf. Acesso em: 18 maio 2026.

BRITO, C. M. S. Cidades históricas da Chapada Diamantina: patrimônio baiano ou mineiro? **Revista Espacialidades**, v. 6, n. 05, p. 102-129, 2013.

BRITO, C. M. S. **Ruínas sobre a Serra do Sincorá: a patrimonialização de Mucugê e do Cemitério Santa Isabel (Bahia, 1970-2012)**. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

CASAS, J. E. Cuevas, cavernas y grutas: Una conexión ritual, religiosa y artística con el mundo subterráneo. **Boletín de la Academia de la Ingeniería y el Hábitat**, n. 70, p. 30-53, 2026.

CASTRO, M. R. de. **Estratigrafia de seqüências na Formação**

Tombador, Grupo Chapada Diamantina, Bahia. 2003. 122 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CONAMA. Conselho Nacional de Meio Ambiente. **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 005, de 06 de agosto de 1987**. Brasília, 1987. Disponível em:

<https://desenvolvimento.prefeitura.rio/wp->

content/uploads/sites/50/2024/02/1987-Resolucao-CONAMA-005.pdf. Acesso em: 19 maio 2026.

DETONI, S. F. Bases teórico-metodológicas do patrimônio natural: o papel da Geografia e da Geomorfologia na criação de áreas naturais tombadas. **GEOUSP - Espaço e Tempo (Online)**, v. 24, n. 1, p. 153-171, 2020.

FERREIRA, C. F.; UAGODA, R. E. S. Tipologias do carste e classificações de dolinas: uma revisão. **Caminhos de Geografia**, v. 20, n. 70, p. 519-537, 2019.

FIGUEIRÓ, A. S. *et al.* Patrimônio geomorfológico e paisagem como base para o geoturismo e o desenvolvimento local sustentável. **CLIMEP - Climatologia e Estudos da Paisagem**, v. 8, n. 1, 2013.

GIUDICE, D. S. **Geodiversidade e Lógicas Territoriais na Chapada Diamantina – Bahia**. 2011. 301 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico> Acesso em: 10 de maio de 2026.

JORGE, M. C. O.; GUERRA, A. J. T. Geodiversidade, geoturismo e geoconservação: conceitos, teorias e métodos. **Espaço Aberto**, v. 6, n. 1, p. 151-174, 2016.

LOUREIRO, F. T. **Uso do patrimônio espeleológico na APA Marimbus-Iraquara: Chapada Diamantina – BA**. 2017. 99 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geologia) – Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.

NASCIMENTO, M. M. Conflitos socioambientais em áreas de preservação: o caso das comunidades tradicionais do Parque Nacional da Chapada Diamantina. **Tempos Históricos**, v. 23, n. 1, p. 299-327, 2019.

OLIVEIRA, G. A. *et al.* **Geochapada: cartografia turística e SIG web no Parque Nacional da Chapada Diamantina–Bahia**, Brasil. Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação, n. 6, 2016.

PEDREIRA, A. J.; BONFIM, L. F. C.; **Morro do Pai Inácio, Bahia: marco morfológico da Chapada Diamantina**. Brasília: SIGEP - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos, v. 1, n. 7, p. 307-312, 2002.

PEREIRA, D. C. Patrimônio natural: atualizando o debate sobre identificação e reconhecimento no âmbito do Iphan. **Revista CPC**, v. 13, n. 25, p. 34-59, 2018.

PILÓ, L. B.; AULER, A. **Introdução à espeleologia. Curso de Espeleologia e Licenciamento Ambiental**. Belo Horizonte: Instituto Terra Brasília, p. 7-23, 2011.

ROCHA, J. S; NOLASCO, M. C. Do Garimpo ao Turismo: O Poder do Estado e a Produção do Espaço Na Chapada Diamantina–Bahia (1980–2000). **Anais do Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia**, v. 1, n. 1, 2024.

SALDANHA, D. S. *et al.* Patrimônio natural e educação ambiental: travessias entre a ciência e o ensino. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 21, n. 2, p. 1154-1164, 2019.



SANTOS, D. J. *et al.* Avaliação multicritério da vulnerabilidade ambiental e natural na identificação de áreas prioritárias para conservação do patrimônio espeleológico. **Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas**, v. 7, n. 1/2, p. 29-42, 2014.

SANTOS, R. A. Espeleoturismo na caverna Lapa Doce: potencialidades para um turismo sustentável no município de Iraquara-Bahia. **Pesquisa em turismo e paisagens cársticas**. Campinas, v. 1, n. 2, p. 131-144, 2008.

SCIFONI, S. Os diferentes significados do patrimônio natural. **Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 10, n. 3, p. 55-78, 2006.

SOUZA, A. C.; OLIVERA, K. C. S. Turismo e Meio Ambiente: As Unidades de Conservação. In: CRUZ, G. (org.). **Turismo: Desafios e especificações para um turismo sustentável**. Ilhéus: Editus, 2011. 342 p.

TEIXEIRA, J. V. B. C. *et al.* A atividade turística no Vale do Pati, parque nacional da Chapada Diamantina (Bahia). **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 13, n. 3, p. 1099-1130, 2025.

THE PUBLIC DOMAIN REVIEW. **Athanasius, Underground**. United Kingdom, 2012. Disponível em: <https://publicdomainreview.org/essay/athanasius-underground/>. Acesso em: 15 maio 2026.

TRAVASSOS, L. E. P. *et al.* **Cavernas, Rituais e Religião**. 2 ed. Belo Horizonte: Instituto de Pesquisas Cársticas e Espeleológicas, 2025. 526 p.

UNESCO. Convenção para o patrimônio mundial, cultural e natural. Paris: UNESCO, 1972. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao1972%20-%20br.pdf>. Acesso em: 09 de maio de 2026.